



03/12/2019

Número: **0801198-68.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **18/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANO SOARES DE OLIVEIRA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7394133	02/12/2019 13:04	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE
TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0801198-68.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: LUCIANO SOARES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO:

LUCIANO SOARES DE OLIVEIRA, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O autor alega que foi vítima de acidente de trânsito em 01/06/2018, resultando em lesão no membro superior direito (mão e antebraço), levando a limitação funcional em 100% (cem por cento).

Acrescenta que, através de requerimento administrativo, recebeu a título de indenização a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), aduzindo que o valor foi pago de forma desproporcional ao grau da lesão sofrida.

Ressalta que deveria ter recebido o valor da diferença integral da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), fazendo jus a complementação da quantia. Requer, ainda, a gratuidade da justiça, bem como a procedência da ação com a condenação da ré ao pagamento da indenização correspondente.

Despacho de ID nº 6229554 deferiu a gratuidade da justiça, designando audiência de conciliação e prova pericial com a nomeação do perito.

Contestação do requerido ID nº 6784179, argumenta que o autor já recebeu o valor de R\$



945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Alega que a indenização recebida se encontra em conformidade com o percentual indenizável das lesões sofridas e, ainda, que a parte autora não fez a juntada de qualquer laudo pericial, não comprovando a invalidez completa, razão pela qual pugna pela improcedência total da demanda.

A perícia judicial foi realizada em audiência uma de conciliação e instrução e julgamento conforme laudo médico colacionado aos autos, constatando limitação funcional na mão direita no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Intimados para se pronunciarem sobre o laudo médico, o requerente afirmou que o valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) pago administrativamente é menor que o devido, eis que o perito constatou limitação funcional no percentual de 25% na mão direita, restando uma diferença a ser indenizada de R\$ 1.417,50 (hum mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), razão pela qual requereu a procedência da demanda.

A requerida também se manifestou informando que já foi pago o valor de R\$ 945,00, requerendo caso haja procedência da ação, sejam descontados os valores pagos via administrativa.

É o relatório, passo a decidir.

DA PROVA PERICIAL:

A prova pericial realizada em audiência concluiu por dano parcial incompleto (limitação funcional) na mão direita no percentual de 25% (vinte e cinco por cento). Em consequência para a primeira lesão, aplicando-se o percentual de 70% previsto na tabela, resulta no valor inicial de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que a invalidez é incompleta aplicando-se a redução proporcional prevista art. 3º, §1º, inciso II da lei 6.194/74, aplicando-se o percentual de repercussão leve de 25% (vinte e cinco por cento), o valor a ser pago em favor do requerente seria de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Importante destacar que o autor já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), restando receber o complemento da indenização devida no valor de R\$ 1.417,50 (hum mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).



III – DISPOSITIVO:

Isto posto, pelas razões declinadas acima, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, a fim de condenar a requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ R\$ 1.417,50 (hum mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), acrescidos de juros desde a citação (art. 405, CC e Súmula 426, STJ), e correção a partir do efetivo prejuízo que no presente caso corresponde a data do sinistro.

Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.

Considerando que o perito nomeado já apresentou o laudo pericial e que as partes já foram devidamente intimadas para se manifestarem a respeito do mesmo, defiro o pedido realizado em audiência para autorizar o levantamento dos honorários periciais depositados na Agência/Conta Judicial nº 3791/ 4800105062514 – BANCO DO BRASIL, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e eventuais acréscimos, em favor do perito nomeado, FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA, CRM-PI 3920, CPF nº 877.154.063-68.

O presente despacho servirá de alvará judicial, para saque dos valores referentes aos honorários periciais junto à instituição financeira.

P.R.I. e cumpra-se.

TERESINA-PI, 28 de novembro de 2019.

Dra. LUCICLEIDE PEREIRA BELO
Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina

